

memória CULT



Ouro Preto - MG - Brasil - Ano VII - nº 22 - julho de 2017

memoriacult.com



Comenda Ambiental de São Lourenço, edição 2017



Os remédios do século XVIII em MG

por Desembargador J. Afrânio Vilela



Entrevista:

Jornalista Soraia Vasconcelos

*Mineira, viva
e democrática.
Igual a você.*

Todo mineiro sabe que o diálogo é sempre o melhor caminho. Por isso, a nossa Assembleia Legislativa ouve a população, debate ideias e cria leis que defendem os interesses de Minas e dos mineiros. Tudo para que as novas gerações possam trilhar, com bem-estar e segurança, os caminhos do futuro. Participe! É com você que a Assembleia se torna, cada vez mais, o poder e a voz do cidadão.



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DE MINAS GERAIS

almg.gov.br



Chegamos ao número 22 desta memória CULT.

A entrevistada deste número é a renomada jornalista Soraia Vasconcelos, cuja contribuição para a memória de Minas Gerais, na criação do programa “Terra de Minas”, por si só a singulariza no rol dos grandes memorialistas do Estado. Na entrevista, ela nos dá uma aula de cultura e profissionalismo.

Nesta edição temos variadas e valiosas contribuições.

O desembargador J. Afrânio Vilela, do alto de seus incontáveis conhecimentos, cabedal de cultura múltipla, nos apresenta um resumo do livro Erário Mineral, de Luis Gomes Ferreira, reeditado há poucos anos pela Fundação João Pinheiro na coleção Mineiriana, que inspira atenção nas formas de se cuidar da saúde, com receitas variadas, inusitadas e também algumas aplicadas na atualidade após mais de 280 anos descritas pelo médico português, seu autor, que se inspirou nos hábitos da Minas colonial.

Acresce o valor da revista o artigo do Juiz Bruno Terra Dias, rápido resumo do seu futuro livro sobre Indigenismo e dominação.

“O dia em que Israel invadiu a Jordânia”, por José Antônio de Ávila Sacramento, historiador renomado de São João del-Rei, surpreende-nos com sua interessante narrativa.

“A Arte de Partejar”, de Maria Agripina Neves, historiadora e especialista em folclore e cultura popular, que nos brinda com seu texto sobre uma das mais antigas profissões.

A Comenda Ambiental, edição 2017, que aconteceu em 4 de junho, demonstra a importância da estância sul mineira no cenário nacional.

Por fim, extraído de seu livro “Cheiros, Marcas e Rastros”, ilustrado pelo artista Layon, de Mariana, a ensaísta Ivanise Junqueira apresenta seu texto “Agosto, que gosto!”, antecipando o mês vindouro de forma leve e saborosa.

Boa leitura.



Eugênio Ferraz

Diretor Executivo e Editor Geral da Memória CULT

Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do IHGMG. Servidor do Ministério da Fazenda desde 1974, foi seu Superintendente em MG de 1998 a 2011 e, a seguir, Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais



Sumário

Fotografias: Livro "Erário Mineral", reeditado pela Fundação João Pinheiro



09 **Os remédios do século XVIII em MG**
por J. Afrânio Vilela

Fotografia: Javier Cebalos



31 **Comenda Ambiental de São Lourenço, edição 2017**

04 **Página do Artista**
Aristóteles

16 **O dia em que Israel invadiu a Jordânia-**
por José Antônio de Ávila Sacramento

05 **Entrevista Soraia Vasconcelos**
por Petrônio Souza

19 **A Arte de Partejar**
por Maria Agripina Neves

24 **Indigenismo e dominação**
por Bruno Terra Dias

28 **Agosto, que gosto!**
por Ivanise Junqueira



Espaço do leitor

Agradecemos o envio de críticas, sugestões e comentários para o aprimoramento desta revista: **memoriacult@gmail.com**. A Memória **CULT** poderá editar manifestações de leitores selecionadas para publicação, não necessariamente na edição subsequente.

Recebi, e agradeço, a Memória CULT, de fevereiro deste ano. Que edição bem elaborada, que bela coleção de artigos! Encantei-me com todo seu conteúdo, de modo especial com a abordagem feita pelo ilustre Dr. Bruno Terra Dias sobre a medievalidade mineira. O autor prendeu este leitor pela leveza das palavras, ao escrevê-las “em mangas de camisa” - no dizer de Monteiro Lobato -, não obstante a profundidade do tema.

E a saborosa conversa, mais do que entrevista, entre dois renomados jornalistas, por intermédio da qual pude me reencontrar com o destemido José Maria Rabelo - o ideal permanece.

Minhas palmas mais barulhentas e demoradas por mais esta edição, a resgatar fatos importantes de nossa história e promover a divulgação da arte e da cultura, com a participação de celebrados artistas.

Meu fraternal abraço, com renovado agradecimento.

José Mauro da Costa,
Professor de Literatura Brasileira e Coordenador
do evento Livro de Graça na Praça.

ÚLTIMA EDIÇÃO



A edição número 21 da Revista Memória **CULT**, entrevistou o Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Desembargador Herbert Carneiro. Registrou, na capa, a Comenda Ambiental de São Lourenço, dentre outros temas.

EXPEDIENTE **memória CULT**

Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil - ano VII - nº22 - julho de 2017
Diretor Executivo e Editor Geral | Eugênio Ferraz - Reg.: 8.172-MG
Editor | Petrônio Souza - Reg.: 7.124-MG
Projeto Gráfico | Raphael Simões
Revisão Ortográfica | Acácio Cândido da Silveira Santos
Fotos da capa | Eugênio Ferraz

As manifestações expressas em artigos são de inteira responsabilidade dos respectivos autores e não refletem, necessariamente, a opinião da publicação.

Aristóteles

De nome famoso, o desaparecido morador de rua, que preferiu para ela voltar e, literalmente sumir na liberdade desse certamente mundo para ele encantado, marcou sua passagem por Belo Horizonte no início deste século.

Produziu, por sugestão de seu orientador e então instrutor, inúmeras telas reproduzindo grandes sucessos de pintores famosos. Teve seu tempo de glória naquela época, em exposições concorridas. Descrita sua história em livro iconográfico retratando várias de suas obras. Sobre ele, no seu livro, junto com Glauco Moraes, "Assim Nasceu um Artista", escreveu a ensaísta Ivanise Junqueira "A sensibilidade já vem com a pessoa, faz parte do conteúdo ao nascer. Elas podem ser felizes ou não. O dinheiro na visão de Aristóteles, não traz felicidade. Pode ser um facilitador. O rico em geral é vazio. O dinheiro não compra inteligência, muito menos experiência. Isso está confirmado na vida do artista.

A capa contém algumas de suas obras. Em recente passagem por Belo Horizonte, foi visto desenhando em pequenas folhas na rua. Novamente desapareceu....

Fotografias: Eugênio Ferraz





Soraia Vasconcelos

Fotografia: acervo pessoal

Soraia Vasconcelos, renomada jornalista mineira, esteve recentemente em São Lourenço participando do 2º Encontro de Mídias - um dos eventos atrelados às solenidades da Comenda Ambiental (referida em matéria nesta edição). Sua inexplicável - mas plenamente justificada, justificadíssima - atração pela cidade é por ela contada nesta entrevista a partir de perguntas feitas pelo jornalista Petrônio Gonçalves.

Uma lição de conhecimento das terras mineira e uma aula de ética na profissão é o que se pode ver na entrevista abaixo

Soraia, você participou do projeto de criação e lançamento de um dos programas mais importantes sobre nossa cultura e nossa história, que é o Terra de Minas. Gostaria que você contasse um pouco desse projeto e tudo que norteou essa exaltação televisiva à nossa mineiridade.

O projeto do Terra de Minas nasceu em junho de 2001, por sugestão do então Diretor Regional da Globo Minas, Marcelo Matte, um gaúcho que se entusiasmou com nosso Estado e desejava valorizar nossas riquezas. Fui designada para idealizar o formato do programa que deveria abordar temas relacionados ao patrimônio, natureza, culinária, festas, arte e artesanato, folclore e tradições de Minas.



“[...]Fui designada para idealizar o formato do programa que deveria abordar temas relacionados ao patrimônio, natureza, culinária, festas, arte e artesanato, folclore e tradições de Minas.[...]”

A intenção era criar um espaço privilegiado para esses assuntos que, normalmente, ficam espremidos entre os fatos da cobertura do telejornalismo diário. O programa deveria ter fôlego, abrir espaço para personagens contarem suas histórias; valorizar imagens – panoramas para mostrar a imensidão dos rios ou das montanhas, planos fechados para revelar minúcias do trabalho de um artesão; captar sons ambientes, como o toque dos sinos, o café sendo revirado nos terreiros, o canto do carro de boi, a costelinha fritando na panela... Sabíamos que o desafio era muito grande pela extensão do Estado, pela diversidade cultural e de paisagens, enfim, pela imensidão de temas a serem explorados. O novo formato exigia também uma nova linguagem de câmera, de texto e de edição e foi um reaprendizado para as equipes acostumadas ao corre-corre do dia a dia. Reaprendemos a ouvir longas histórias, a dar importância aos detalhes, a respirar na edição das reportagens abrindo espaço para o sobe som da trilha sonora, sempre com belas imagens.

O programa estreou em outubro de 2001 e era exibido aos domingos, às 7 horas da manhã. Entretanto, a receptividade do público logo garantiu ao Terra de Minas um horário mais nobre e, em março de 2002, passou a ser exibido aos sábados, ao meio dia e hoje vai ao ar no horário da tarde, às 14 horas. Há seis anos, deixei a TV Globo para me dedicar a outros projetos, mas sou telespectadora do Terra de Minas e aplaudo com alegria o trabalho dos colegas que levam adiante com competência e entusiasmo o projeto de mostrar o que Minas tem de melhor.

Foram quantos anos que você ficou à frente do Terra de Minas e como foi a resposta do público nesse período? Dá para você contar uma história marcante desse tempo?

Fiquei à frente do programa durante quase 10 anos e a resposta do público sempre foi – e sei que ainda é – carinhosa e entusiasmada. Acho que os mineiros se identificam com o Terra de Minas porque enxergam ali muito de suas próprias experiências. As pessoas identificam paisagens, histórias semelhantes, objetos que têm em casa ou já viram no interior, na casa dos avós, por exemplo, festas típicas de suas cidades... Lembro-me especialmente de um programa que fizemos sobre a ferrovia e, logo depois da exibição, os telefones da redação tocaram sem parar. Eram telespectadores que queriam contar suas próprias lembranças do trem de ferro. Nós recebíamos também dezenas de e-mails todo fim de semana, comentando e sugerindo reportagens. Muitas dessas mensagens vinham do exterior, de países onde o programa é exibido pela Globo Internacional. Havia depoimentos muito emocionados, cheios de saudade, às vezes, de melancolia. Eu respondia um por um. Recebi e-mails de todos os cantos do mundo, dos lugares mais incríveis! De Hiroshima, um mineiro pedia ajuda para

fazer pão de queijo sem o nosso queijo curado. O mais marcante veio de Nova York. Um telespectador contava que estava lá há 30 anos e que, naquela manhã, tinha visto no programa a fazenda onde passou a infância, em Santa Rita do Sapucaí. O entrevistado era um primo que ele não via desde que saiu do Brasil. Agradecia pelo reencontro com sua história e com a família. Eu também reencontrei uma querida amiga dos tempos de faculdade pelo Terra de Minas. Ela estava morando em Atlanta, nos Estados Unidos, e tínhamos perdido o contato. Viu meu nome na ficha técnica do programa e mandou o e-mail. Imaginem a minha emoção quando li... A participação do público sempre foi muito grande também nos concursos que promovemos, por exemplo, para escolher a "Imagem de Minas": a paisagem que seria mais representativa do nosso Estado. Os moradores de Congonhas fizeram uma grande mobilização e a Igreja do Bom Jesus de Matosinhos, com os profetas de Aleijadinho, venceu a disputa.

Qual cidade mineira ou paisagem que mais te marcou entre as muitas que você apresentou no programa?

É impossível responder essa pergunta sem citar Guimarães Rosa: "Minas Gerais é muitas. São, pelo menos, várias Minas." Então, é impossível citar uma cidade ou paisagem porque cada uma delas é única e é diferente. Posso dizer que conheço bastante do nosso Estado, não apenas por causa do Terra de Minas, mas também porque fui repórter durante 15 anos e viajei muito. E acho que essa diversidade cultural e de paisagens é que temos de mais magnífico. É a nossa riqueza. E, mesmo tendo viajado muito, vi no programa lugares que não conheço e que gostaria de visitar. Por exemplo, a Serra da Canastra, onde mostramos a fabricação do queijo, a nascente do São Francisco e a cachoeira Casca d'Anta, e o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, onde fica a Gruta do Janelão.

Você participou do II Encontro de Mídias em São Lourenço, durante a entrega da Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço, quando foram debatidos temas acerca do jornalismo atual e suas transformações tecnológicas. Como foi o jornalismo que você exerceu no início de sua carreira e como esse jornalismo é feito nos dias de hoje?

Eu me formei em 1985 e logo comecei a trabalhar na Rede Manchete. Minha experiência profissional se limita ao telejornalismo e é sobre ele que posso comentar. Acho que houve muitas e grandes transformações nesses anos todos. A tecnologia nos deu mais agilidade, mais oportunidades, facilitou muito o trabalho. Eu trabalhei com telex, fax, máquina de datilografar, rádio de comunicação... Lembro-me da primeira vez em que usamos o telefone celular, na cobertura da reunião do Mercosul em Ouro Preto, em 1994. Que novidade! Depois foi o helicóptero e a febre das imagens aéreas... Mas a mudança principal, sem dúvida, é

“[...]É impossível responder essa pergunta sem citar Guimarães Rosa: “Minas Gerais é muitas. São, pelo menos, várias Minas.” Então, é impossível citar uma cidade ou paisagem porque cada uma delas é única e é diferente.[...]”



“[...]O jornalista precisa ser cada vez mais competente, mais preparado, mais informado, mais seguro. Sensato, ético, responsável. A internet tem lugar para todos, inclusive para os maus jornalistas.[...]”

a velocidade da informação e o fato de que hoje ela está em todo lugar, a qualquer instante, ao alcance da mão, tanto para o jornalista que faz a reportagem quanto para o público que acessa. Isso é, ao mesmo tempo, fascinante e assustador. E exige do profissional atenção infinitamente maior porque ele precisa pensar, elaborar e publicar tudo rapidamente e com segurança. O jornalista precisa ser cada vez mais competente, mais preparado, mais informado, mais seguro. Sensato, ético, responsável. A internet tem lugar para todos, inclusive para os maus jornalistas. Então, é preciso ser cada vez melhor para se impor nesse espaço.

Você acha que o tempo do romantismo e dos engajamentos ideológicos foram esquecidos por esse jornalismo virtual?

Como disse, acho que o mundo virtual abriu espaço para todos e para tudo. Mas, acredito que o meio - virtual ou não - não muda os bons profissionais. Esses continuarão sempre preocupados com as questões éticas, com a seriedade do trabalho. O jornalismo virtual é apenas mais um caminho, mais uma frente de trabalho.

Sabemos que você tem uma relação muito próxima com São Lourenço. Você poderia contar um pouco de como se deu essa aproximação?

Estive em São Lourenço pela primeira vez em 1992 e, desde então, volto sempre. Um amigo me disse certa vez que as cidades são seres múltiplos, têm facetas que agradam mais a uns e menos a outros. E gostamos ou deixamos de gostar conforme a relação que estabelecemos com elas. É questão de afinidade, de sintonia, ressonância. É como vejo São Lourenço. É lá que busco conforto toda vez que a vida pesa por aqui. E se não posso ir, meu espírito vai... Busca esse refúgio imaginário que posso alcançar de onde quer que esteja, pela estrada do sentimento. Minha família tem as melhores recordações de São Lourenço... Meus filhos cresceram lá, passeando de charrete, de Maria Fumaça, no Parque das Águas, experimentando os doces, acompanhando o crescimento da cidade também... E é para lá que espero ir, quando já tiver cumprido as etapas da vida por aqui.

E para finalizar, gostaria que você falasse um pouco dos seus projetos atuais.

O telejornalismo e o especialmente o Terra de Minas acabaram me levando de volta à Universidade Federal de Minas Gerais para estudar questões ligadas ao patrimônio. Hoje, estou quase me formando em Museologia, um curso relativamente novo na UFMG, e pretendo ainda fazer o curso de História. Também sou autora de livros infantis, um deles – ABC do Museu – em parceria com o Museu de Artes e Ofícios de Belo Horizonte. E acima de tudo, exercendo ou não o dia a dia da profissão, sou – e serei – sempre jornalista.



Os remédios do século XVIII em Minas Gerais

J. Afrânio Vilela*

Fotografias: Livro "Erário Mineral", reeditado pela Fundação João Pinheiro



Recentemente assisti a um clássico do western: Odisseia no Oeste. Uma produção de Walt Disney que conta a história de famílias americanas migrando ao Oregon, Estados Unidos. Bela filmagem de 1956, com musica irretocável de George Bruns, Stan Jones e Paul Smith. Recuperava-me de uma cirurgia sob bisturis dos médicos José Flavio e André Mafra.

Os heróis teriam que atravessar os territórios dos temíveis Pawnes, e depois dos Sioux, para chegar ao destino final, aonde havia a "Grande Água", no oeste americano ainda selvagem. Depois de muitas escaramuças, a odisseia se torna mais complicada quando os índios veem uma jovencinha de cabelos louros e cacheados, e a querem como o "grande remédio" para os males da Nação. O

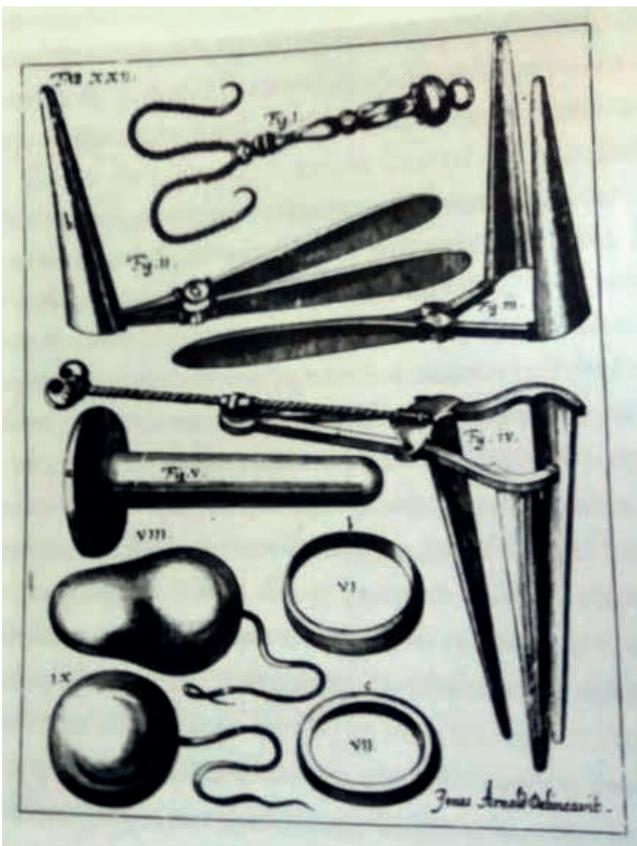




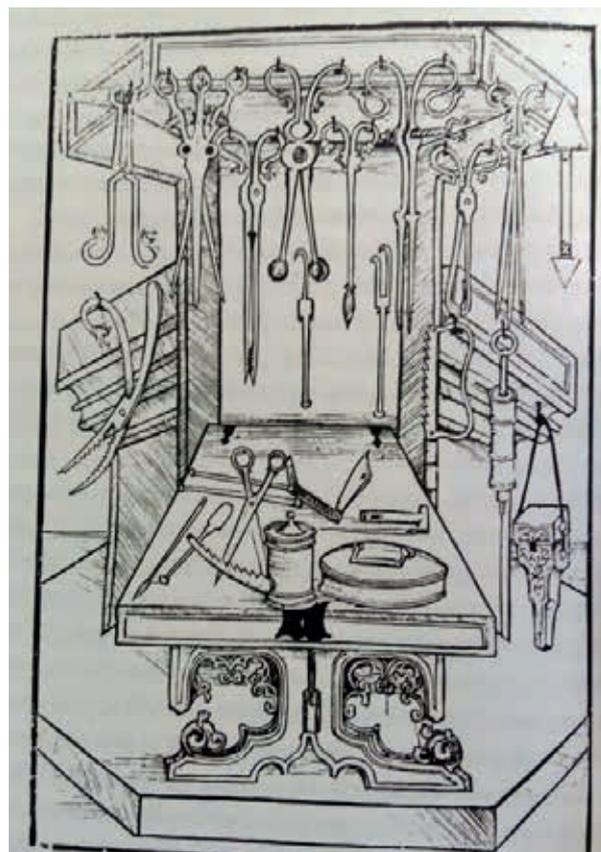
espírito do grande búfalo branco recomendava fosse ela a princesa e esposa do futuro grande chefe. Diplomáticamente, fumaram o cachimbo da paz e depois ofertaram o mocambo da criança por seus melhores objetos: um quarteto de corcéis e um couro de búfalo branco. Sem negócio, a guerra era iminente. Numa disputa, o jovem guerreiro cai do cavalo e fica gravemente enfermo. O pajé aplica vários remédios naturais, o faz inalar fumaça. Tudo com muita dança. Sem resultados significativos! O jovem médico Jonh “doc” Graysson, vivido por Fess Parker, ajuda o pajé a socorrê-lo. Os “remédios” do curandeiro não foram suficientes. “Doc” Graysson estudava um livro médico escrito em 1824 e de seus ensinamentos operou e curou o jovem índio. Curandeirismo, misticismo, pajelança, de um lado; técnica científica, de outro. Ambos, aplicados com seriedade, mesmo que no primeiro fosse fumaça apenas. E a paz reinou entre aquelas duas comunidades diferentes.

Pois bem! Como desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, na 2a. Câmara de Direito Público labuto casos concretos de recursos relativos a inusitadas doenças, remédios alienígenas. E juiz, decido sobre remédios para tratá-las, sem conhecer sua real eficácia. Obviamente, sempre há laudos técnicos a embasar a decisão, como os disponibilizados pelo Hospital das Clínicas da UFMG, via do Núcleo de Avaliação de Tecnologia em Saúde (NATS), que emite parecer técnico no processo/recurso. É verdade! Todavia, há pedidos de urgência que não comportam espera da análise, sob pena de morte do paciente. Decide-se com as informações postas nos autos. Fumaça ou remédio?! Medicina ou pajelança? Em situações de encruzilhada do viver ou morrer, de um lado, e o custo financeiro e a dúvida sobre a eficácia, desde que haja indício de propriedade, de outro, sempre optei em oferecer o remédio. *In dubio pro vitae.*

Não pude deixar de traçar um paralelo entre parte do enredo do filme e o ato de julgar pedidos de remédios. Muitos são os exemplos de doentes que, desenganados, foram curadas com remédio não adotado pela rede oficial brasileira, deferidos judicialmente; o contrario também: o remédio não deu certo para aquele paciente, que morreu. E assim, como a rede pública não se organiza devidamente para atender administrativamente, de forma razoável, aos comandos da Constituição da República, que eleva a saúde ao patamar de direito humano indissociável da vida, continuo na labuta de jurista/pajé, em certos momentos, ou de julgador/médico, em outros.



Verifico que a medicina evoluiu muito, especialmente no que concerne aos exames laboratoriais e de maquinário sofisticado, dando precisão aos diagnósticos otimizando o tratamento. É certo! Mas tenho lembrança de conhecimentos familiares que pertinentes à experiência de antepassados, moradores do campo; de quando Minas possuía o Grande Sertão, nas Geraes e nele o “Campo Grande”, habitado, em diversas vilas por quilombolas, índios e mesmo brancos, que esgueirava-se pelo centro sul do Estado, em direção a Goiás e ao Pará, para a rota salineira. A maioria fugidia da justiça e dos grillhões ou das cobranças de impostos; de outro lado, a parte rica, a Minas, do Ouro, como Sabará, Ouro Preto, Tiradentes, Mariana, São Joao del-Rei, Diamantina, dentre outras. Porém, as duas regiões eram unidas na cura pelos ramos, principalmente, e até pela gordura de defuntos...de defuntos!? Os Vilela e Lamunier vieram para Minas por razões diversas, e difundiram vários conhecimentos. Os Vilela são especialistas em Farmácia. O Doutor João Amilcar Salgado conta no “Riso Dourado da Vila”. Os Lamounier, de outro lado, tem sua historia bem contada por Bolivar Lamounier. Assim, lembro-me que depois de muitos xaropes e comprimidos, minha bronquite asmática foi curada aos 9 anos de idade, via ensinamento que meu pai recebeu de sua avó. Contava: banha de ave gorda misturada no café quente, seguida de pulo no rio misericórdia em temperatura baixíssima nos meses de frio, em minha Ibiá, que no linguajar indígena, significa “Terra das Cabeceiras Altas”. Traduzindo: aonde as águas nascem no alto dos platôs. E complemento, descem pelas encostas e coadjuvam a natureza no sagrado transformar das sementes em frutos que fazem da região uma grande exportadora agropecuária. Em minha casa havia vários “costumes”: alho para aliviar os pulmões; cebola contra a gripe; boldo, para o fígado; alfavaca, erva cidreira, capim doce, e outros, dependendo do mal a ser enfrentado. O lombrigueiro era feito com semente de abobora seca; estanque de sangramentos, com açúcar. Certo ou errado, era costume. Minha avó “Tonha do Leandro”, filha de índia “pega no laço”, expressão ruim, mas que retrata a verdade, e que faleceu aos 105 anos de registro, e 111, de nascimento, “curava” várias doenças com ramos, tubérculos e outros. Minha mãe Tide, muito reservadamente, “benzia” diversos males, usando arruda, barbatimão e outros. Com muita técnica nessa aérea, e anos de estudos a irmã Maria do Carmo, carinhosamente conhecida como “Tia Carminha” de mi-





nha esposa Gisela, religiosa da Congregação Na. Sra. Das Dores, tem atividade intensa voltada para a cura através dos ramos, e é referência Brasil afora.

Penso, como julgador e leigo, que, processados e embalados, nossos ramos, folhas, frutos e madeiras passaram a ser vendidos por preços astronômicos, causando problemas orçamentários para os Órgãos Públicos que devem fornecê-los ao necessitado, e destes distanciando, quando essenciais a sua cura, pelo alto custo. Aqueles, em grande parte, nada mais são do que o conhecimento do nosso matuto formalizado e comercializado. Recentemente estive na China Continental, para intercâmbio sobre sua legislação comparada à do Brasil. Os Membros do Supremo Tribunal Popular e outros magistrados expunham sobre a deles, com suas características; mostrávamos a brasileira. Muita diferença! Lá tem pena de morte, prisão perpétua. Pena cumprida integralmente. Sobram penitenciárias, de lado outro, há respeito aos mais velhos, aos anciãos, aos seus matutos, e também às leis. Coisa que no Brasil não tem sido a prática. Não compreendiam quando dizíamos que o condenado a certa pena de prisão, cumpre apenas uma

pequena parte; ou que o Estado pague suas dívidas judiciais com precatório; ou seja, não paga. Bem, superemos isso, e retornemos ao foco. Foi em julho, e como todo ano, tive problemas com pedras nos rins. Solicitei aos representantes do Governo, via Escola da Magistratura Chinesa, em Beijing, acesso a um hospital, e eles se prontificaram, inclusive para operação imediata. Assustei-me! Tomei dois comprimidos, de uma vez. Disseram que os hospitais servem para as grandes necessidades. Para as corriqueiras, há outros remédios eficazes. Os hospitais atendem até as 17 horas; depois, no dia seguinte. Interessante! Foi-me indicado pelo médico que nos assistia uma ida à farmácia natural, próxima, e o farmacêutico indicaria determinada erva moída, que na medida correta, resolveria meu problema. Cheguei a entrar no carro, e logo senti alívio trazido pelo remédio laboratorizado. Perdi a oportunidade de comprovar mais uma vez o empirismo naturalíssimo, então o chinês.

Voltemos ao filme. “Doc” cura definitivamente o jovem, operando-o, suturando o dano físico da queda, e controlando a infecção.

É fato! A história mineira registra inusitada obra



denominada “Erário Mineral”, escrita pelo cirurgião aprovado Luis Gomes Ferreyra, natural da Vila de São Pedro de Rates, e médico assistente nas Minas do Ouro, na qual retrata as mencionadas experiência do mineiro com remédios caseiros, por ele aplicada em seus pacientes, mas muito mais, pela propriedade medicinal de nossa vegetação e minerais, os quais por ele foram catalogados durante 20 anos. Impresso pela primeira vez em 1735, mas manuscrito em 1725. Foi reimpresso em 1997, pelo Centro de Memoria da Medicina de Minas Gerais. A obra é dividida em doze Tratados e dedicado à Nossa Senhora da Conceição. Tenho um exemplar recebido do médico Paulo Pimenta, que serviu de pesquisa para essa escrita.

Desde a primeira leitura, identifiquei casos de cura nele narrados quando essas Terras estavam sendo habitadas, como no oeste americano, e que merecem ser anotadas e conhecidas. Não que se queira retroceder, mas são remédios, no mínimo, curiosos, e comprovados, segundo o autor. Então, vem a fala, não do julgador, que deve ser técnico e proceder cientificamente, e sim do pensador, do curioso pela matéria - e que já se beneficiou do empirismo mineiro. E o farei transcrevendo na escri-

ta do português originário. Vejamos algumas doenças e seus remédios, naqueles idos de 1710 a 1725:

1) Para os Surdos, que Deytão matéria, ou humores pelos ouvidos, remédios bons: fumo de funcho morno deytado nos ouvidos faz grande proveyto: frigir quatro, ou cinco ratinhos vivos acabados de nascer, ou nascidos de dois a três dias, em oyto onças de óleo de arruda, e seis de óleo de amêndoas amargas. Deytaes nos ouvidos ao deytar;

E, se estiver zumbindo o ouvido, “tomay trezentos ovos de formiga, e quarenta bichos de conta, chamados mille pedes, de castorio verdadeyro, huma oytava de polpa de colloquintidas de folhas de manjerona, de losna, de arruda, de cada conta destas huma oytava de canella finíssima, duas oytavas de erva doce, de cominhos, de alcorovia, e de funcho, duas oytava de casca de romã, tudo deytado em vidro com azeyte velho, em um vidro, bem fechado, enterrado num monte de esterco de cavalo, por quinze dias. Depois, tudo coado, deytarao nos ouvidos, pela manhã e pela noite, de quatro a seis gotas, no discurso de um mês, experimentarão um effeyto prodigioso.

O livro é completo. Cuida da estética. Para emagrecer



informa que os que “forem muyto gordos, cosão funcho em todo o comer, que usarem; e em jejum comão huma fatia de pão torrado molhada em vinagre; e comão pouco!

Tambem há remédio para acalmar, para curar gota: folhas de salva da caba de murta, maçans de cispreste, alecrim, murtinhos, baga de louro, losna, rosmaninho, de tudo se faça um cozimento em três libras de vinho branco sem confeção, que diminua a terça parte, e coada se guarde para uso, aplicando no locais das dores, fugindo de cousas salgadas, e de verdura, não bebendo vinho, nem usando de actos venéreos.”

Tambem remédio para o fígado, baço, e outros, e narra o cirurgião, que “na mesma Villa Real de Sabará no anno de 1712, foy a minha casa Andre Rodrigus, feytor de Huma Rossa na parage chamada “O Capão”, o qual mostrou tumores no braço e na junta do pulso ate o cotovelo, como

conhecia, era hum formigueyro, lhe disse que outro remédio não tinha, senão queymar. Depois por culpa sua o queymeí em outros lugares; puz-lhe huns panos mollhados em todo o ovo, batido com azeite comum para refrescar e no segundo dia lhe puz gema de ovo, batida com o mesmo azeite, e depois caídas as escaras, lhe puz hum unguento com fezes de ouro com fios por bayxo e ficou são para sempre”.

O Médico informou sobre o remédio para a cura de um grande mal, que é a calvície. No Brasil de hoje não é constitucional seu fabrico. Na China, poderia, por causa da permissão de sua legislação para execução de pena de morte. Passo a descrever:

2) Para fazer nascer cabelo na cabeça, e em outras partes, há experiência certíssima, que raspada a cabeça à navalha quatro ou cinco vezes, e untalla com sebo de homem esquartejado, ou com o seu óleo por



tempo de um mês faz nascer o cabelo; e se untarem a cabeça por uns dous mezes com o dito sebo, lhe nascerá tanto, que não terão vontade de mais; tira também as manchas, desfaz covas. O sebo se acha em algumas boticas vendido pelos carrascos; porém, há de se aplicar logo no princípio. E o escritor deu prova: “-uma moça formosa e rica que deyxava de casar por ser calva, e untando a cabeça dous mezes com o dito sebo, lhe nasceo tanto, que casou e viveo com muyto gosto.” (grifei)

Como visto, muitos dos remédios usados eram de nossa flora; outros da fauna. E até de corpos humanos, pois à época havia a pena de morte no Brasil.

Depois de tudo isso, lido e relido, convenço-me ainda mais que a política governamental sobre remédio deve ser aprimorada, sem descarte de nosso material natural. Talvez por isso, nossa Carta Constitucional dê o

real valor e significado à preservação aos recursos naturais ao dispor em seu artigo 225 que “todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, para as presente e futuras gerações.”

Portanto, a cada mata queimada, no mais longínquo rincão, sem o controle adequado, poderá extinguir, para sempre, um remédio para alguma doença terrível. Não é pajelança ou fumaça; é científico!

Preservemos nossa paz e saúde! No hoje e no futuro.

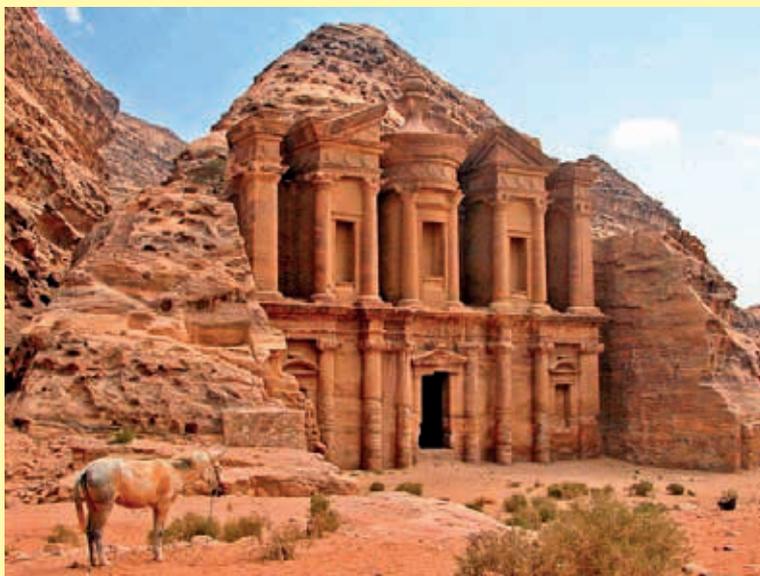
***Desembargador do T.J.M.G e Membro da Academia de Letras Jurídicas de São João del-Rei e Tiradentes.**



O DIA EM QUE ISRAEL INVADIU A JORDÂNIA

José Antônio de Ávila Sacramento*

Fotografias: SXC



Lembro-me de que no mês de dezembro de 2009 eu estava sintonizado na Rede Minas de TV, emissora então presidida pelo são-joanense José Eduardo Gonçalves. Chamou minha atenção a exibição do documentário “A Hora do Primeiro Tiro”, de Gustavo Jardim. A história começou mais ou menos assim: “Em junho de 1967, Israel declarou guerra e anunciou a invasão da Jordânia com dezenas de tanques e milhares de soldados. Assustados, os habitantes de uma pequena cidade do Vale do Jequitinhonha mobilizam-se para preparar a defesa...”. Um homem simples, conhecido por “Seu Nenguinha”, que me pareceu nunca ter saído daquela cidadezinha às margens do Rio Jequitinhonha, surgiu na tela; do alto de sua ancianidade, declarou-se convictamente ser uma das testemunhas do episódio do curta-metragem. Mas como seria possível que sem sair de Minas Gerais ele a tudo tenha presenciado? Sabemos que a invasão da Jordânia por Israel gerou um conflito conhecido como a “Guerra dos Seis Dias” (que parece durar até hoje!), e que tudo aconteceu lá pelas bandas do chamado Oriente Médio, nas Colinas de Golan, Deserto do Sinai, Canal de Suez e envolveu a figura do Rei Hussein e outros mais.

Há quem jure que o caso apresentado no documentário de Gustavo Jardim foi a mais pura verdade. Em 1967, coincidindo com o estopim da tal “Guerra dos Seis Dias”, governava estas “nossas muitas Minas” o Dr. Israel Pinheiro, aquele mineiro de Caeté que foi bom parceiro de Juscelino Kubitschek na construção de Brasília e que, depois, também governou o Distrito Federal. Como fato complicador para o caso em epígrafe, quase na fronteira do Estado de Minas Gerais com o da Bahia, existia (e ainda existe!) um Município cujo topônimo é Jordânia; ocupava o Poder Executivo Municipal um dos poucos prefeitos que àquela época ainda não se alinhavam com a política do governador Israel Pinheiro.

Naquela localidade, como aconteceu nos mais diversos “gratões de Minas,” os únicos meios de comunicação satisfatórios eram as rádios AM, ainda que com ondas dificilmente captadas da transmissão feita diretamente da capital mineira. Assim, eis que um dia, tomados de espanto, alguns habitantes daquela cidade ouviram pela Rádio Guarani e Repórter Esso a seguinte notícia: “Israel invadirá a Jordânia com 16 tanques blindados e 1600 homens”. Um morador ouviu a notícia, interpretou-a ao seu modo e saiu em desandada correria ao encontro do prefeito para dar-lhe a notícia em primeira mão; no gabinete de Sua Excelência encontrou mais meia-

-dúzia de cidadãos, todos quase que sem fôlegos e prontos para anunciar-lhe o fato. Recuperadas as respirações, finalmente o prefeito foi avisado. O alcaide, então, pediu ao seu ajudante de ordens para ligar e tentar sintonizar o velho rádio de válvulas; passado um tempinho, entre chiados e assovios, para espanto de todos, o rádio repetiu a maldita notícia da “invasão” da Jordânia. O silêncio foi geral até que o prefeito quebrou a taciturnidade do momento rogando mais de mil pragas contra o governador; logo desferiu violento murro sobre a mesa e gritou: “avisa já pro delegado e pros praças; e pode deixar aquele f.d.p. vir que nós vamos encarar ele”.

Depois, encarapitado na carroceria de um velho caminhão, saiu pelas ruelas da cidade em pequenos comícios a conclamar voluntários entre o “seu povo”, para com “unhas e dentes” defenderem a cidade. Pediu para que todos retirassem as carabinas dos armários, amolassem as foices, os machados e as facas das gavetas; as garruchas e os revólveres deviam ser carregados até a boca; os trabalhadores rurais deveriam abandonar as roças e dirigirem-se à cidade portando suas armas, seus facões, enxadas e até mesmo porretes. Advertiu para que as mulheres escondessem as crianças e que as residências reforçassem todas as trancas; mantimentos e água deveriam de ser estocados a fim de suportar a uma terrível e longa bata-

lha, se fosse o caso. Entrincheirados e sob seu comando, todos os voluntários deveriam esperar pelo dia do terrível ataque das forças militares do hostil governador.

O povo, influenciado pelo inflamado discurso do prefeito, ficou como que endoidecido contra o Dr. Israel Pinheiro; comentava-se à boca miúda que o governador estava agindo assim porque não gostou nem um pouquinho de ter perdido a eleição no município, e, por isso, em represália, mandaria um exército acabar com a cidade e com o seu povo. No documentário exibido na TV impressionou-me um singelo depoimento: dona Juliana, uma velhinha, disse estar junto com algumas quitandeiras fazendo biscoito; ela contou que uma delas, ao saber da notícia da invasão, desesperou-se tanto que, de repente, um dia, ao ouvir o barulho de um avião, “tocou lá pra dentro do forno de lenha e morreu torrada”. Era preferível morrer tostada naquele forno a ter que perecer nas mãos das malditas tropas de Israel...

Estrategicamente e à surdina, alguns emissários da pequena Jordânia (cidade que enquanto distrito tivera o enigmático nome de “Palestina”) foram enviados às cidades de Almenara e Governador Valadares com a finalidade de cooptarem mais voluntários e armas, tudo para a defesa da pequenina cidade. Em Valadares, o prefeito estranhou toda aquela movimentação e sentiu-se encurralado com o pedido de

socorro que lhe fora formulado pelo colega; pediu ao emissário um tempinho para estudar mais detidamente o complicadíssimo caso. Foi a sorte! O prefeito valadarense, com ares de um grande coronel napoleônico do Jequitinhonha, informou aos emissários de Jordânia que ficara sabendo que aquilo tudo tinha sido um mero equívoco, pois a invasão irradiada e televisada realmente acontecia, mas era bem longe dali, lá numa tal de “Terra Santa”. Assim, mandou os emissários regressarem para dizer ao colega jordaniano que nenhum ataque de Israel (Pinheiro) iria acontecer naqueles confins da Jordânia do nordeste mineiro.

De volta à cidadezinha, comentários deram conta de que foi dureza os emissários convencer o prefeito e a resistência montada de que tudo se tratava de alarme falso; já havia uma jagunçada entrincheirada e ávida por ir à luta pela cidade, e muitos já consideravam que Israel Pinheiro seria a reencarnação

do demônio. Depois de muito custo começou a ser desfeita a confusão; um helicóptero teve de ser alugado para jogar panfletos sobre a pequena cidade de Jordânia, informando a população sobre o mal-entendido (claro que o aparelho teve de voar a uma altura segura, para evitar os tiros da população que achava que a presença do aparelho já era o início de um ataque!). Houve até mesmo notícias de que muitos dos valentes jordanianos não se convenceram prontamente com a tal campanha panfletária, alegando tratar-se de “mentiras de guerra” e desta forma, continuaram entrincheirados durante semanas; alguns, mais teimosos e ansiosos pelo sangue das tropas de Israel, ficaram na tocaia durante meses. Tadeu Martins, escritor, cordelista, amigo do violeiro e cantor são-joanense Chico Lobo, escreveu que depois do alarme falso o valente prefeito de Jordânia ainda estufava o peito e gabava-se publicamente: “se o dr. Israel viesse

mesmo, ele ia voltar desmoralizado, porque ‘nóis arrasava’ o exército dele.”. Caso tenha sabido deste caso (e é bem provável que tenha acontecido), Israel Pinheiro da Silva (1896-1973) deu boas gargalhadas no seu gabinete do Palácio da Liberdade, local de onde governou Minas de 1965 a 1971.

Deixo aqui registrado este que é mais um dos muitos casos – verdadeiros e/ou fictícios, engraçados, ou uma mistura de todos estes gêneros – que povoam o imaginário político e social da boa terra mineira. É, também, uma espécie de alegoria que apresenta-nos a real dimensão do que os erros de interpretação podem gerar principalmente nos ditos “sertões de Minas” daquela época, lugares onde a distância dos centros maiores era difícil de ser vencida e o acesso aos meios de comunicação ainda era bastante deficitário.

***Membro da Academia de Letras de São João del-Rei – MG**



*Governador Israel Pinheiro
(Foto: Arquivo Público do Distrito Federal)*



A arte de partejar

Maria Agripina Neves*

Fotografias: SXC



Falar da Arte de Partejar, é lembrar uma das mais antigas profissões. No Êxodo a parteira já aparece como verdadeira profissional. Reconhecida na Grécia e Roma Antigas e ainda, em Portugal, Espanha, Brasil e vários outros países. É lembrar também das muitas profissões extintas ou em processo de extinção, especialmente nas áreas urbanas. Foi-se o tempo em que as parteiras se desdobravam sem esmorecimento no atendimento às mães e aos recém-nascidos. Isto por quê, na maioria das vezes após o parto, era a parteira, também encarregada de cuidar da mãe e do bebê por vários dias.

O avanço da medicina acadêmica somado ao crescente desenvolvimento dos meios de comunicação e transportes, acrescidos do constante êxodo rural para os grandes centros urbanos, vem se encarregando de destituir o trabalho de partejar nos domicílios, atividade desenvolvida por mulheres de quase todo mundo. No

Brasil tal atividade ainda é muito recorrente nos rincões das regiões norte e nordeste, em locais onde a dificuldade de acesso é bastante acentuada e até bem pouco tempo, tal atividade só poderia ser exercida por mulheres mais velhas, que já não podiam conceber filhos, mas que tivessem vivido a experiência de ser mãe.

Um estudo, focalizando o trabalho de parteiras em Ouro Preto no século XX, levou à percepção de grande número de elementos, permeando o trabalho daquelas mulheres, simples e sem conhecimentos livrescos, mas dotadas de uma grande sabedoria popular, transmitidos empiricamente de geração a geração e muitas vezes, conforme a urgência do momento, cuja sociedade chamada “do Espetáculo”, vem se encarregando de afastá-las de sua função, como nos afirmou Dona Carmem: “Eu tenho até medo de falar no assunto, pois o povo de hoje só acredita nos remédios de farmácia”.



Elementos e sua Nomenclatura

Do momento da concepção até os primeiros dias pós-parto, muitas são as expressões usadas para designar os elementos que permeiam o processo da continuidade da espécie, perpassando pelas mães, filhos, alimentação, males que afetam a ambos e formas de sanar tais incômodos.

Nas conversas sigilosas entre as comadres e vizinhas, muitas vezes ouvi os termos panhei , panhou, panhava, referindo-se ao período de início de gravidez. E a partir daí, inúmeros outros vocábulos foram somando ao assunto.

Durante a gravidez ouve-se muito prenhã, buchuda, esperando neném, esperando bebê, referindo ao estado da mulher. Ao se aproximar a hora do nascimento expressões como dar à luz, fulano está para despachar, está na ocasião e boa hora, foram termos comuns no linguajar das parteiras. Mas o que significa dar à luz? Separar, desmembrar? Momento de dor e sofrimento? O ato de dar à luz é comparado por Sócrates, ao ato de aprender. Assim como a mãe traz à luz do mundo uma criança, um novo ser, também o mestre faz com que o saber chegue ao aluno, ou seja, faz despertar no seu consciente a aprendizagem daquilo que até então era desconhecido. Dar à luz é iluminar, tirar do obscuro, trazer à tona, à luz do dia ou da vida, aquilo que ainda não foi visto pelo ser humano. Ao longo da História da Humanidade, o parto e a gravidez sempre foram motivo de segredos, mistérios, crenças, temores, tabus e um mundo de simbolismos, somados à relação existente entre a mulher e a terra de onde advêm frutos bons ou maus.

Em algumas regiões brasileiras, dar à luz é sinal de intensa fraternidade, e precisa ser exteriorizada a toda comunidade como em Porto Alegre do Norte, (MT). Fernanda Macruz (1983), relata uma grande manifestação festiva, quando do nascimento de uma criança, na referida cidade. Segundo ela, o pai solta

vários fogos, conduta repreensível para a localidade onde o costume era estourar um foguete para indicar o sexo masculino e dois para o feminino. Dessa forma a população local tomaria conhecimento do sexo do bebê.

O sino é outra forma tradicional de anunciar o nascimento dos filhos, segundo o folclorista Câmara Cascudo, nesses casos é comum o sexo da criança ser anunciado segundo o número de badaladas.

Na maioria das culturas o parto é motivo de festa e alegria. Em algumas sociedades os partos eram públicos e glorificados com cantorias, danças e bebidas. Afinal de contas, estava garantida a continuidade da família, da comunidade e da etnia.

Em algumas culturas, por estranho que pareça, a chegada de um novo ser é recebida com luto e pranto: é mais um que chega para sofrer neste mundo! A explicação para este sentimento negativo em relação ao recém-nascido pode ser buscada nas crenças, nos tabus, na história e na economia desse povo. Fora isso, nascer é uma festa, a não ser naqueles casos de extrema penúria da família ou de ausência de compromisso de um dos pais, ou de ambos. A gravidez não desejada se arrisca a ser um desses casos.

Métodos Acalmatórios e Religiosidade

Devido ao processo de aprendizagem e o sufoco do momento, parteiras e parturientes muitas vezes se valiam apenas da coragem, da fé em Deus e em variados santos da religiosidade popular, acrescidas do uso de objetos sacros e de orações diversas com sentido duplo. Sendo o primeiro deles, invocar a presença divina para abençoar a mãe, que trazia ao mundo uma nova vida e também o novo ser que já manifestava a sua presença. O segundo era o de acalmar os dois, especialmente a mãe, que acumulava naquele momento, um misto de dor física e emocional, ocasionada pela expectativa do nascimento de uma criança.



As conversas com as parteiras trazem informações muito ricas nesse sentido. Dona Jandira, parteira hospitalar, em seu relato nos disse que ao final de cada parto que realizava, corria até à capela do hospital para render graças a Deus, pelo sucesso do trabalho realizado. Dona Ana Custódio, outra parteira hospitalar, também afirma que na hora do aperto, implorava todos os santos que lhe vinham à mente. Ambas foram parteiras hospitalares entre as décadas de 1970/1980, na cidade de Ouro Preto – MG, período em que os plantonistas obstétricos permaneciam parcialmente nos hospitais e na maioria das vezes, elas faziam o parto sozinhas. O médico só era chamado em casos de complicações.

A hora que via a mulher passando mal, o nenê nasce que não nasce, às vezes agarrava com todos os santos que me vinham na cabeça, mas eu

tinha meu santo protetor 'ne', que me amparava .

(D. Ana: 1997).

A Dona Enedina Lucas, parteira domiciliar, embora tivesse curso para exercer a função e também uma interação com os obstetras que atendiam na Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto, também utilizava métodos diversos para acelerar o parto e acalmar as parturientes. Segundo ela, enquanto aguardava a hora do parto, ela rezava orações diversas, contava causos e até cantava com as parturientes.

Eu ia conversando casos de namorados, piadas e histórias para ajudar a relaxar até chegar a hora, fazia massagens para empurrar a criança sempre prá frente e para baixo e rezava, às vezes em silêncio, outras junto com a mãe. (D. Enedina: 1996).

Em nossa pesquisa observamos que parteira deveria ser alguém com certa religiosidade, e era fato comum algumas pessoas acreditarem nos poderes milagrosos das orações. Tanto mães quanto parteiras invocavam a ajuda de vários santos e até entidades espirituais durante o trabalho de parto. Uma parteira nos informou acerca da invocação à parteira 'Maria Redonda' e outra nos afirmou: "- quando eu era chamada para atender uma mulher, uma voz me dizia se aquele parto era ou não prá mim".

Muitas mulheres faziam simpatias e chegavam a usar orações em formas de patuás penduradas ao pescoço, colocadas embaixo de colchões e travesseiros a fim de acelerar o parto, atenuar as dores e os temores.

Núbia M. Gomes e Edmilsom Pereira, na obra *Assim se Benze em Minas Gerais*, assinalam várias orações para o bom andamento do parto, destacando, entre outros santos, também Santa Margarida:

Minha Santa Margarida / Não estou
prenha nem parida / Estou em véspera
de parir", ou "Minha Santa Margarida /
Não estou prêm e nem parida / Graças
a Deus / Já se foi a falecida.

- Aonde vais Bartolomeu?! - Vou vi-
sitar Nosso Senhor, / Na casa que ele
passar / Não morre mulher de parto(...)

Nossa Senhora do Bom Parto, ilumi-
nai-me e dai-me força e coragem para
que eu possa ganhar o meu nenê mais
rápido possível, sem que o nenê tenha
defeitos físicos ou mentais. Amém.
Amém. Amém. (GOMES & PEREIRA:
231 -232).

Alceu Maynard Araújo nos informa sobre o uso de breves de São Vicente, de rosários rezados em cruz sobre a barriga da parturiente, orações a Nossa Senhora do Parto e a São Miliano, seguida de um Pai-Nosso e uma Ave- Maria:

São Miliano se vestiu
e amarrou seu cordão.
Perguntou a Virgem Nossa Senhora
- onde vai Miliano?
- vou à terra senhora
Livrar as mulheres do parto,
Que na casa que eu entrar
Mulher de parto não morrerá,
que não morrerão, nem bois abisma-
dos,
nem crianças abafadas,
Os meninos nascerão para pirão
E as mães contentes ficarão. (ARAÚ-
JO: 172)

A colocação de bolsinhas com orações de Nos-
sa Senhora do Bom Parto, Nossa Senhora do Monte
Serrat e Nossa Senhora do Desterro, assim como o ro-
sário, especialmente o rosário de Maria Pia, um rosário
de contas de louça branca, no pescoço da parturiente,
para que a mulher tenha um bom parto é assinalada
por Frei Francisco Van der Poel em seu estudo sobre
Araçuaí - MG.

Banhos e Chás

Além das orações e simpatias colhemos infor-
mações acerca da utilização dos banhos e bebera-
gens utilizadas antes e pós-parto. Entre as plantas se
encontram a arruda, a erva-cidreira e o mentraste, ao
qual adicionava-se álcool, vinho ou aguardente e sal.
Muito utilizado também, foi o chá de uma planta conhe-
cida em Ouro Preto - Minas Gerais, pelos nomes de
mané-magro, laçavenha, lavadeira, mariana, macaé e
flor-de abelha. Usava-se tal planta como estimulante e
analgésico. Contudo, foi muito forte a crença no poder
terapêutico do café amargo, do vinho e da aguardente
quentes, como estimulantes e, se a parturiente esti-
vesse muito agitada o chá de folhas de laranjeiras era
oferecido frio, como calmante.



Além dos chás, algumas parteiras preparavam banhos com ramos de arruda, picão e lágrimas-de-nossa-senhora, mantendo a presença do número três: (três ramos, três follhas, três raízes, etc). Vemos aí a demonstração da crença popular nas propriedades medicinais e no número três que simboliza a cruz, mas também na possibilidade de tais plantas possuírem poderes mágicos: "(...) tomava banho de mentraste e picão cozidos das cadeiras para baixo, pra ajudar o parto a andar mais depressa, a gente tomava três goles do mesmo chá do banho". (D. Margarida:1997).

Conclusão

O assunto, partos e parteiras domiciliares é vasto e há muito ainda a se pesquisar sobre o tema. O que fizemos foi só um esboço dos principais aspetos culturais, que permeiam o momento mais importante da vida humana. Momento esse que por séculos foi delegado, quase exclusivamente às parteiras de todos os lugares. Porém, a pesquisa que realizei no município de Ouro Preto entre 1996 e 1999, traz à tona inúmeros outros elementos socioculturais, que ao longo do tempo foram cercados de mistérios e segredos .

Fontes Consultadas

Entrevistas com as parteiras Enedina Lucas, Ana Custódio e Jandira Flausina da Conceição em Ouro Preto - MG. 1996/1997.

Entrevistas com Margarida Loredo e Carmem Passos que tiveram filhos com parteiras em Ouro Preto - MG. 1997.

Fontes bibliográficas

ARAÚJO, Alceu Maynard. Medicina Rústica. 2ª edição. São Paulo. Companhia Editora Nacional. INL. 1977.

CASCUDO, Luís da Câmara. Dicionário do Folclore Brasileiro. Brasília/Rio de Janeiro. Instituto Nacional do Livro. MEC. 1972.

GOMES, Núbia Pereira de Magalhães & PEREIRA, Edimilson de Almeida. Assim se Benze em Minas Gerais. Coleção Minas e Mineiros. Juiz de Fora - Minas Gerais EDUF. Mazza Edições. Belo Horizonte - Minas Gerais. 1989.

MACRUZ, Fernanda. Roda de Dor. In: Aspectos de Folclore e Gravidez e Nascimento. Associação Brasileira de Folclore. Boletim de Leitura. No. 09. Junho/92.

NEVES, Maria Agripina. Segredos e Mistérios da Arte de Partejar. Belo Horizonte. MG. Cuatiara. 1999.

RIBEIRO, Margarida. Temas de Etnologia: Maternidade. Lisboa. Portugal. Livros Horizonte. 1990.

THOMPSON, Paul. A voz do Passado: História Oral. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1992.

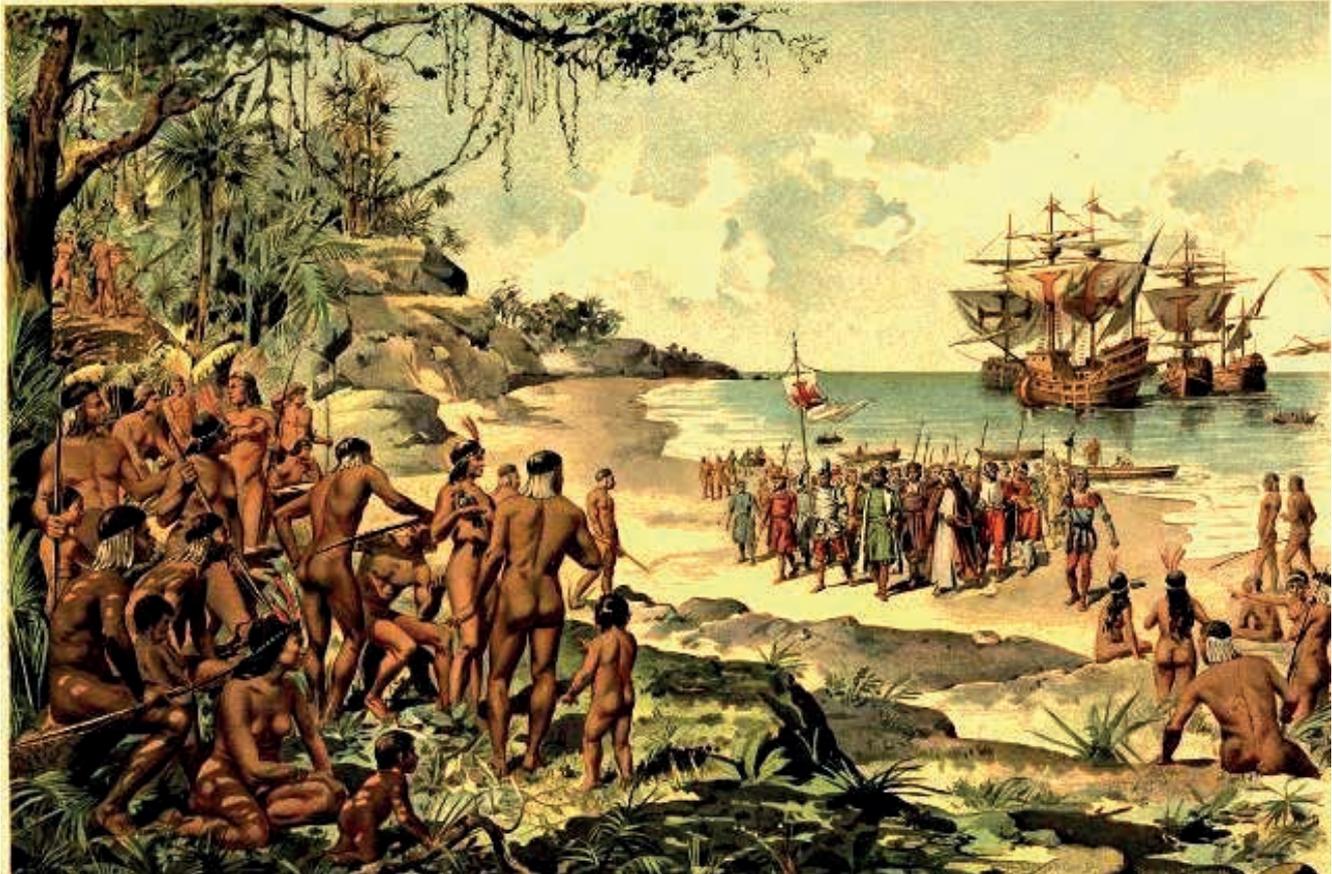
VAN DER POEL, Francisco. O Rosário dos Homens Pretos. Belo Horizonte. Minas Gerais. Imprensa Oficial. 1981.

***Historiadora, Especialista em Folclore e Cultura Popular**

INDIGENISMO E DOMINAÇÃO

Bruno Terra Dias*

Fotografias: SXC



A compreensão dos princípios que tornam possível a diferenciação das formas sociais e culturais, eis o trabalho do antropólogo, na dicção de Philippe Descola (*Outras Naturezas, Outras Culturas*, tradução de Cecília Ciscato. São Paulo: Editora 34, 1ª edição, 2016, pp. 27 e 33), o que não exclui o reconhecimento de que cada cultura pensa a si mesma como grande cultura e exemplo a ser seguido pelas demais, chegando à pretensão de imposição e aniquilação de outras que lhe pareçam incompatíveis ou “inferiores”; é o etnocídio, algo tão comum à cultura ocidental há 1.200 anos, desde a afirmação do Sacro Império Romano-Germânico. Nas palavras de Pierre Clastres (*Arqueologia da Violência – pesquisas de antropologia política*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 81.): “a alteridade cultural nunca é apreendida como diferença positiva, mas sempre como inferioridade segundo um eixo hierárquico”.

Estratégias de dominação fazem parte do arsenal da difícil convivência entre culturas e civilizações desde os mais antigos registros de povoamento. A mesma sociedade, que eleva o puro animal à condição humana, destrói e elimina, não reconhece a humanidade do outro, do diferente, daquele menos desenvolvido nas artes bélicas e diplomáticas, que deve ser assimilado ou levado à extinção. A história universal registra, em todos os quadrantes do planeta, em todas as idades, genocídios e etnocídios, por intolerância de fundo racial, político ou religioso, e demonstrações de força à busca de predominância.

O relacionamento europeu com os povos do denominado Novo Mundo não foi diferente. O que foi comum entre cidades, reinos e impérios no Velho Mundo igualmente ocorreu nas Américas, seja antes como após a chegada de Colombo. O deferencial entre os períodos anteriores e posteriores a 1492 está na origem, na religião, nos recursos bélicos e diplomáticos, nas novidades viróticas e bacterianas, muito além de meros usos e costumes. Na América Espanhola, como na Colônia de Portugal, milhões foram dizimados em poucas décadas, maus tratos extremados e violações de toda ordem foram perpetrados; a tal ponto aterrorizavam os relatos do que por aqui ocorria que o Papa Paulo III, em 9 de junho de 1537, editou a Bula *Veritas ipsa* que, em suma, “considera os índios seres racionais, capazes de se salvarem e livres por natureza”. Condenou o Papa a desumanidade do tratamento colonial, a ponto de interferir para lembrar que a docilização das almas, a catequese, não se faz com mortos ou brutalizados.

A Bula *Veritas ipsa* pode, por seu conteúdo e vocação, ser havida como primeiro documento oficial de política relativa aos habitantes originários das terras em que o europeu penetrava naquele

segundo quartel do século XVI. Vale dizer, nesse documento encontra-se o princípio do indigenismo nas Américas e, por consequência, na Terra Brasilis. A propósito, o próprio vocábulo “índio”, assim como suas derivações, um suposto erro de Cristóvão Colombo que pensava haver chegado à Índia, merece especial consideração como instrumento em estratégia de dominação.

Se a palavra faz presente o ser, cuja existência se ignora até então, palavras como índio, indigenismo e indígena, são não apenas carregadas de significados, mas trazem à mente ideias gerais e consolidadas de unidades, imagens que identificam pessoas e situações incomuns ao dito civilizado. Índio, indígena e indigenismo são vocábulos consagrados em livros, teses, leis, atos da administração pública e na própria Constituição de 1988, mas são corretos?

Se houvesse unidade nacional, linguística, tribal, costumeira, institucional entre os povos originários, encontrados nestas terras voluptuosas e tão eroticamente generosas por lusitanos, franceses, holandeses e homens de outras tantas culturas, talvez fosse adequado cunhar um vocábulo generalizante. Mas não foi assim e continua a não ser. Várias são as línguas, vários são os tipos físicos, os costumes, diversificada a evolução. Por que então a criação do vocábulo “índio” e suas derivações? Os naturais da Índia, e outros povos do Extremo Oriente, foram assim tratados na Idade Média, quando o comércio era terrestre, perigoso e altamente lucrativo com a Europa. Entretanto, um reconhecido e grosseiro erro de Cristóvão Colombo pode prevalecer apenas por suposta tradição? Errar por tradição não convence o pensamento maduro.

A pretensão de identificação do homem da terra, o habitante nativo, também não parece



adequada. Não se diz: indígena lusitano, indígena da Grã-Bretanha, indígena holandês, indígena francês, indígena alemão, indígena húngaro, indígena chinês ou indígena japonês para referir populações descendentes dos povos originais, habitantes das bases territoriais dos atuais países, anteriores a processos colonizadores.

Resumindo, a linguagem consagrada merece grandes reservas e deve ser substituída para melhor expressar a verdade dos fenômenos sociais a que se refere. A palavra, criada especificamente para generalizar artificialmente aquilo que não encontra respaldo na natureza e nos fatos, tem, invariavelmente, conteúdo discriminatório, preconceituoso e serve a propósitos de dominação. A simplificação permite até mesmo a formação de sínteses ideológicas e máximas que conspiram contra o melhor da humanidade e da civilização.

No que tange aos poucos estudos jurídicos sobre o tratamento legislativo dado aos povos originários do

Brasil, apresentam-se como esforços isolados e positivistas sobre a legislação, alguma vez com referências históricas, mas firmando visão francamente divergente das práticas e dos problemas a serem enfrentados. Se do fato surge o direito, uma visão jurídica enviesada conceberá e fará o parto de um direito torto, tão torto quanto enviesada a visão do jurista despreocupado com a sociologia, a antropologia, a história, a paleontologia e outras disciplinas cuja compreensão é fundamental. O comum equívoco dos profissionais do direito não deve, entretanto, enevoar as possibilidades, desanimar os novos ou relegar o problema aos confins dos conflitos com o nada, em que o confronto estéril resultará na injustiça dos preconceitos, do racismo ou, pior, do desconhecimento e do fingimento de inexistência.

A legislação específica brasileira é resultado de uma sucessão de diplomas jurídicos que remontam à Idade Média e refletem ideologias, teologias, condiciona-

mentos econômicos, relações sociais, transcendendo de muito o que à primeira vista possa parecer aos que enxergam no direito apenas um apanhado positivista de normas subordinadas a teorias submetidas à originalidade do pensamento de Hans Kelsen. Não é e não pode ser apenas isso, como a história não é simples relato cronológico das façanhas de um povo, a antropologia não se resume a discursos sobre sociedades arcaicas. As várias vertentes do conhecimento humano, como paralelas no infinito, em algum momento se encontram para apresentar resultados impossíveis de se alcançar em trilha solitária.

Há necessária implicação entre direito, história, antropologia, economia, sociologia, ciência política, a esclarecer não apenas o conteúdo normativo dos conceitos jurídicos e sua aplicação, mas as razões para sua instituição, objetivos a alcançar, justificativas hermenêuticas. O exame descontextualizado da lei não traduz o significado do direito e do que se possa imaginar ser expressão de justiça. O verdadeiro conhecimento da legislação indigenista brasileira atual reclama visão mais ampla e aprofundada do que a mera leitura possa enganosamente proporcionar.

Ao contrário do que de ordinário ocorre, a concepção da normatização indigenista passa, ou deve passar, por estudos antropológicos, de profissionais de saúde e tantos outros, antes de alcançar o denominado processo legislativo, em que os mandatários da Nação brasileira, municiados de seus conhecimentos e preconceitos, interesses e religiões, aperfeiçoem o projeto e o entreguem à sanção presidencial. Estabelecidas as normas, grupos de profissionais das mais diversas formações, ainda que frequentemente não afeitos às

peculiaridades do universo linguístico do Direito e suas práticas, viverão o cotidiano de sua interpretação e fixação do conteúdo normativo em concreto, supostamente a favor da civilização ocidental dominante e das nações indígenas ditas protegidas.

Diante de conflitos que se não resolvam em auto-composições, o Poder Judiciário, integrante dos mecanismos de Justiça Estatal, que inclui Ministério Público, Polícias e outros auxiliares, será chamado a resolver, de acordo com o Direito estabelecido pela civilização ocidental. Vale dizer: é a civilização ocidental, que ins-

titui o regime jurídico, define a solução das questões jurídicas, devendo contemplar, igualmente, seus interesses, dominantes, e os das múltiplas nações indígenas, dominadas.

A situação jurídico-política permite dizer que “índio” não é reconhecido como povo dotado de autonomia e autodeterminação, é o outro, o incivilizado, a ser aculturado, aquele cuja alma será docilizada, que verá os filhos aprenderem outra lí-

ngua e outro credo incompatíveis com suas tradições; “índio” é o que será aldeado, descido, preado, escravizado, punido, afastado, arrastado, o que perderá suas terras e seu modo de vida; é o que não domina a metalurgia e as estratégias de guerras com armas de fogo e de longo alcance, o que colabora ou morre, aquele contra quem se declara guerra justa; é o que será extinto. Se ser “índio” é ser o outro; indigenismo pode ser submissão ou convivência; indigenista pode ser intermediário da destruição ou da preservação. Indigenismo, na história brasileira, é dominação.

[...]situação jurídico-política permite dizer que “índio” não é reconhecido como povo dotado de autonomia e autodeterminação, é o outro, o incivilizado, a ser aculturado, aquele cuja alma será docilizada, que verá os filhos aprenderem outra língua e outro credo incompatíveis com suas tradições[...]

***Juiz de Direito, ex-Presidente da AMAGIS, Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**



Agosto, que gosto!

Ivanise Junqueira*

Do livro “Cheiros, Marcas e Rastros”, com ilustrações de Layon

O calendário me avisa que metade do ano passou e agosto chegou!

À medida que o tempo corre, o ano passa, talvez levada por lembranças remotas atento para os meses, alguns marcantes, outros nem tanto, dependendo do prisma do olhar e das emoções vividas.

Quando criança, fui cercada por teorias e sugestões de que agosto era um mês abafado, de maus presságios e trágico. Coincidência à parte, nunca concordei com essas ideias.

Morando no meio rural, essas cismas povoavam minha cabeça, assim como as das pessoas que nos passavam credices e superstições.

Saídas para brincar no pomar, nos arredores da casa, vinham antecipadas de inúmeras recomendações – cuidados redobrados – caso cruzássemos com algum cachorro que poderia estar louco.

A percepção teria que ser rápida e eficaz para fazer a avaliação. Baba na boca, olhar parado, jeito amuado. Confesso, tive a oportunidade de ver e precisar o diagnóstico; felizmente havia uma cerca que nos separava, eu no jardim e ele no terreiro.

Tenho bons motivos para achar que agosto é especial. Nos primeiros dias do mês, recebemos de presente uma bela chuva, dessas que deixam na manhã seguinte um brilho nas coisas, nas plantas, no olhar das pessoas e na minh'alma, que fia lavada.

Tivemos a comemoração do Dia dos Pais. Um dia cheio de significados. Acredito que a experiência de ser pai aproxima-se do Sagrado.

Que os pais estejam presentes e que o ato de ser pai venha junto com a responsabilidade. Com as limitações, mesmo que não fiquem os traços físicos, que os pais deixem nos seus filhos os traços do caráter. Aos pais que já se foram, como o meu, que a lembrança deles seja presente e que guardemos para sempre a ternura e a saudade dos momentos vívidos.

Os 13 se próxima cheio de mistérios e, quando vem com a sexta, forma uma dupla duvidosa, mas a sexta é a antecipação de um final de semana que promete. Mesmo que as escadas surjam à nossa frente, que elas sirvam para transpormos obstáculos ou mesmo para que visualizemos um universo que se esconde entre as montanhas.

Se um gato preto aparecer, que tenha o mesmo encanto de um angorá.

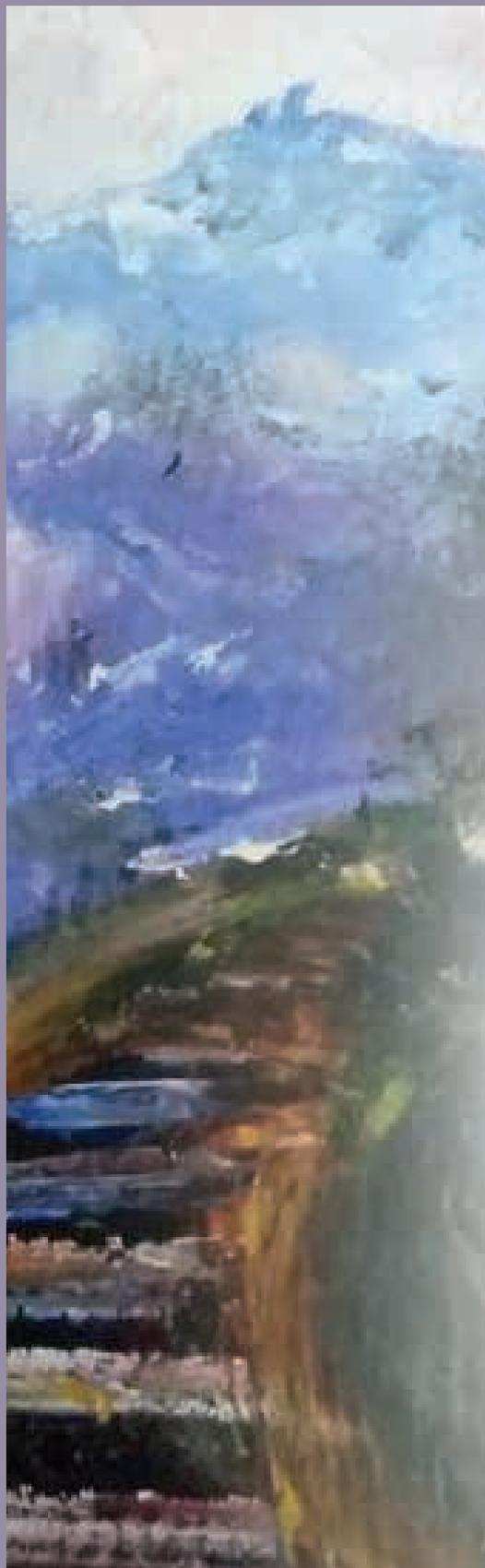
O 15 anuncia Nossa Senhora e para os que creem, isto basta.

O 22, dia do folclore, é uma das datas marcantes do mês de agosto. Convivendo com pessoas simples, mas ricas em cultura, vi ainda pequena, uma coletânea de histórias de assombração. Mula-sem-cabeça, Lobisomem, Saci-Pererê, figuras misteriosas que seduziam na calada da noite e tantas outras, assustadoras, que tiravam o meu sono. A noite fazia questão de apresentar seus fantasmas.

Privilégio meu, tantos causos ter ouvido.

Pessoas simples e sem instrução, mas ricas com valores de nossa cultura que me ensinaram o significado da palavra folclore.

Estas, cheias de superstições e impressões, povoam meu caminho, mas, com alegria, pude atestar há tempos, não ficaram as marcas do medo, tampouco incredulidade ao mistério.



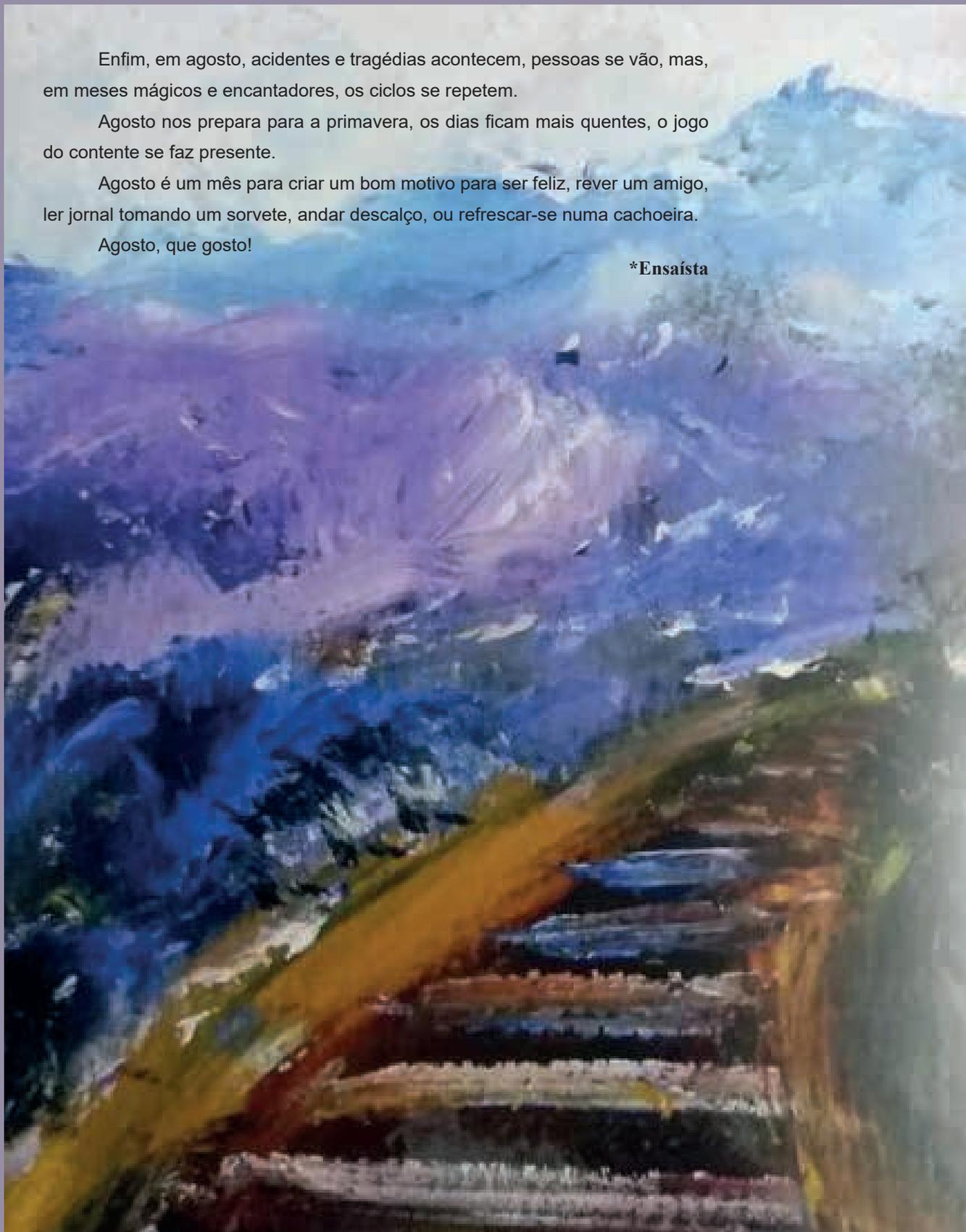
Enfim, em agosto, acidentes e tragédias acontecem, pessoas se vão, mas, em meses mágicos e encantadores, os ciclos se repetem.

Agosto nos prepara para a primavera, os dias ficam mais quentes, o jogo do contente se faz presente.

Agosto é um mês para criar um bom motivo para ser feliz, rever um amigo, ler jornal tomando um sorvete, andar descalço, ou refrescar-se numa cachoeira.

Agosto, que gosto!

***Ensaísta**





Comenda Ambiental São Lourenço 2017

Fotografias: Javier Cebalos

A solenidade de agradecimento da Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço, como já antecipado na edição anterior, ocorreu em 4 de junho, deslocada que foi da Semana da Água para a Semana do Meio Ambiente.

Diversos eventos socioculturais ocorreram nos dias anteriores, com shows à noite e, durante o dia exposições como didática feita pela Polícia Militar, além da já tradicional distribuição gratuita de livros.





Um dos destaques foi o 2º Encontro de Mídias, acima, que reuniu jornalistas de diversas localidades debatendo as diferentes mídias atuais. A solenidade, abaixo, contou com a presença de várias autoridades e personalidades.



MERGULHE NESTE APLICATIVO.

CHEGOU O COPASA DIGITAL.



Segunda via de conta, comunicação de vazamento e de falta d'água. Serviços da Copasa a um toque do seu celular. Baixe agora no Google Play ou App Store.



memoriacult.com

A sua revista de cultura agora na internet.
Veja artigos veiculados nas edições impressas
em atualizações constantes.

Curta nossa página

facebook.com/MemoriaCult



Mais informações: memoriacult@gmail.com